
ALGUNS ASPECTOS DA CONJUNTURA AGROPECUÁRIA EM 1994

*Paulo Roberto Nunes da Silva**

1 - Introdução

Ao longo de 1994, nos três números anteriores desta revista, foram tratados os mais diversos temas referentes ao comportamento dos agentes econômicos do setor agrícola frente à evolução da conjuntura. Assim, dentre esses temas, destacam-se a abordagem do endividamento agrícola e o comportamento dos preços dos alimentos no contexto do Plano Real. Salienta-se, também, a análise da evolução dos preços no momento que antecedeu a colheita da safra de verão, ante as primeiras estimativas sobre o volume a ser colhido, assim como a discussão do Plano Safra para 1994/95.

Neste número, através da abordagem de alguns aspectos das conjunturas político-econômicas gaúcha e nacional, busca-se, no primeiro item, delinear de uma forma sintética os resultados físicos da produção da lavoura e da pecuária em 1994. No segundo item, trata-se da conjuntura em que ocorreu a formação das lavouras da safra de verão 1994/95. A seguir, emite-se uma opinião sobre os impactos da política de restrição da base monetária e da política cambial sobre o setor agrícola no segundo semestre do ano, chamando-se atenção para o fato de que o tratamento mais aprofundado dessas políticas se encontra nas seções específicas desta revista. Por fim, colocam-se alguns elementos prospectivos sobre o comportamento dos agentes econômicos vinculados ao setor no próximo ano, à luz da conjuntura atual.

2 - O comportamento da produção e preços dos grãos na safra 1993/94

Pela segunda safra consecutiva, a produção gerada pelas cinco principais lavouras de grãos do RS¹ apresenta queda de volume. Em 1993, verificou-se uma queda de 0,8%, relativamente ao ano anterior, explicada, basicamente, pela redução de 13% na área da lavoura de milho. Em 1994, a queda foi maior ainda, devendo situar-se em torno dos 7,7%.

Três foram as causas diretas desse resultado negativo. No caso do arroz, o atraso no plantio da lavoura, em função do excesso de chuvas, fez com que o período de

* Economista da FEE.

¹ Arroz, feijão, milho, soja e trigo.

floração ficasse também atrasado e acabasse coincidindo com a ocorrência das primeiras baixas temperaturas no Estado. Isso, associado à redução dos dias de sol, acabou determinando uma redução de 14,4% na produtividade e uma conseqüente diminuição de 14,8% no volume de grãos produzido; já a queda de 10,3% na produção de soja é o resultado de uma quebra de 13,3% na produtividade, em razão da ocorrência de problemas fitossanitários que atingiram a lavoura; por fim, o excesso de chuvas em outubro, no momento da colheita, determinou uma quebra na produtividade da lavoura de trigo, que deve ultrapassar a casa dos 14%.

Não fossem esses problemas, a produção gaúcha das cinco principais lavouras de grãos em 1994 poderia até ter ultrapassado em cerca de 2,4% o recorde histórico de 1992 (16,8 milhões de toneladas), alcançando 17,1 milhões de toneladas.²

O resultado negativo no seu aspecto físico foi, pelo menos em parte, compensado pela tendência de elevação dos preços recebidos pelos produtores, em relação à safra anterior, para os quatro principais grãos da lavoura de verão.³ A existência de uma relação de trocas favorável ao setor agrícola nas duas últimas safras contribuiu para que as perdas físicas não causassem maior impacto sobre os ganhos dos produtores (MONTEIRO, 1994).

→ No que diz respeito à produção de carnes da pecuária (bovina, suína, aves e ovinos), ao contrário, observa-se uma tendência de superação dos volumes físicos produzidos em 1993. Isso pode ser estimado a partir dos dados de abate fiscalizado, disponíveis até o último mês de setembro, desde que se admita que, no último trimestre de 1994, sejam repetidos, pelo menos, os mesmos volumes de abates observados em 1993. A forte estiagem que afetou a qualidade das pastagens no centro do País e as repercussões do Plano Real sobre a pecuária definiram um comportamento dos preços diferente do observado em 1993.

No mais importante produto do segmento de carnes, o boi gordo, que tem forte influência sobre a formação de preços das demais carnes, em 1994, ao contrário de 1993, quando houve apenas um pico de preços no período entre agosto e setembro, ou seja, na época de entressafra, ocorreram dois picos de preços: um durante o período imediatamente anterior à implantação do Plano Real, entre meados de maio e meados de junho, quando as cotações ultrapassaram a casa dos R\$ 0,80 o quilo vivo; e outro a partir do final de outubro, quando, influenciados pela maior demanda ocorrida a partir da forte estiagem no centro do País, os preços do boi gordo, depois de terem caído até R\$ 0,70, voltaram a subir, atingindo a casa dos R\$ 0,88 o quilo vivo.

3 - O plantio da safra de verão 1994/95

Tomando-se por base a primeira estimativa de área plantada da safra de verão 1994/95 e a repetição das melhores produtividades dos últimos cinco anos realizadas em outubro de 1994; supondo-se que a lavoura de trigo repita, em 1995, a mesma área

² Para o cálculo desse volume de produção, foram utilizadas as áreas colhidas de arroz, soja e trigo em 1994, multiplicadas pela produtividade alcançada na safra 1992/93 para arroz e soja e a produtividade prevista para o trigo na safra deste ano, antes da incidência das chuvas que determinaram a quebra da produtividade.

³ Todas as análises de preços recebidos pelos produtores inseridas neste texto foram feitas a partir dos preços médios semanais pesquisados e divulgados pela EMATER/RS.

plantada e produtividade previstas antes das chuvas de outubro último; e considerando-se as condições climáticas observadas até o final de dezembro e que elas se mantenham favoráveis até o final da colheita, pode-se levantar a hipótese de que as cinco principais lavouras de grãos do Estado ainda poderão gerar um volume de produção superior ao de 1994. Entretanto, levando-se em conta que, em 1994, ocorreram quebras significativas de produtividade, essa superação, se ocorrer, tenderá a expressar, fundamentalmente, ocorrências de condições climáticas e fitossanitárias favoráveis. Ou seja, as intenções de plantio dos agricultores gaúchos, na safra 1994/95, parecem expressar um certo ceticismo em relação à conjuntura futura para o mercado de produtos agrícolas.

A redução da área de soja está vinculada às expectativas de safra cheia nos EUA e, conseqüentemente, do fortalecimento da probabilidade de retração, à época da colheita, nas cotações internacionais, relativamente à safra anterior. Os preços ao produtor, depois de se manterem em patamares elevados entre jun./93 e jun./94, passaram a refletir a tendência de queda determinada pela boa safra norte-americana, o que deverá persistir até a próxima colheita.

Deve-se destacar que a reinclusão dessa oleaginosa na Política de Garantia de Preços Mínimos e o conseqüente enquadramento dos sojicultores no benefício da equivalência-produto para o crédito de custeio não chegaram a servir de estímulo ao aumento da área. Quando muito, devem ter evitado que a redução de área fosse maior, pois a estimativa de queda de 5,0% prevista pelo IBGE pode ser abrandada para algo em torno de 3,8%, segundo as últimas previsões da FECOTRIGO. Salienta-se que os agricultores, até o momento em que este texto foi encerrado, vinham reclamando da demora e da insuficiência dos recursos alocados para o custeio, principalmente os médios e os pequenos, que foram beneficiados, respectivamente, pela isenção e pelo corte de 50% na incidência de correção monetária em seus financiamentos de custeio. Os médios e os grandes produtores ressentem-se pela retração das empresas compradoras de soja, com relação à antecipação de recursos via compra de "soja verde". A elevada inadimplência ocorrida, em 1994, nessa nova modalidade de obtenção de recursos para o financiamento da lavoura é a causa dessa retração (GM, 12.12.94, p.9).

A estimativa de crescimento da área de milho em cerca de 8,0% não surpreende. Os problemas fitossanitários e de preços detectados na lavoura de soja serviram para determinar a ocorrência da já conhecida substituição de áreas entre milho e soja, em função da conjuntura de mercado.

Cabe destacar, entretanto, a atual tendência de intensificar práticas de manejo das lavouras, mais adequadas à premente necessidade de racionalizar o processo produtivo, como forma de enfrentar a nova realidade trazida pela abertura do mercado agrícola às importações e pela falência do sistema de política agrícola que até agora vem sendo adotado no País. A possibilidade de redução de custos e de aumento de produtividade aberta pela adoção de uma velha prática como o plantio direto passa, tardiamente, a ser vista como uma saída pelos agricultores, não só para a lavoura de soja, como também para as de milho e arroz. No caso específico do milho, este torna-se, cada vez mais, uma alternativa para os médios e os grandes estabelecimentos agrícolas, o que permite pensar numa tendência de expansão dessa lavoura. É óbvio que, para essa expansão se efetivar, é preciso resolver os problemas de comercialização e de armazenamento desse cereal, os quais têm determinado o caráter oscilante da produção.

Os preços do milho durante o período de safra tenderam a evoluir, em 1994, em patamares superiores aos observados em 1993; contudo, neste final de ano, não deverão repetir as altas cotações observadas nos meses de dezembro e janeiro de 1993, reforçando a tendência já esperada de que, na safra 1994/95, as cotações deverão atingir patamares inferiores aos observados na safra anterior.

No caso do arroz, a lavoura deve apresentar uma redução de 1,8% na área plantada para a safra 1994/95. Não é de se estranhar essa redução, face às alegações dos produtores de crescente endividamento e de maiores dificuldades para cobrir os custos de produção a partir das cotações de mercado do arroz nas últimas safras. Durante o ano de 1994, as cotações tenderam a evoluir em patamares superiores aos observados em 1993. A elevação natural dos preços durante a entressafra, quando comparada com o ocorrido em 1993, foi antecipada para junho. Depois de terem atingido cerca de R\$ 8,23/50kg na quarta semana de abril, os preços do arroz ao produtor atingiram R\$ 10,65/50kg na quarta semana de maio.

O endividamento, segundo os orizicultores, teve origem no descasamento entre os índices de correção monetária dos financiamentos e dos preços mínimos, a partir de meados da década de 80, com a sucessão de planos de estabilização, e acentuou-se após o descasamento ocorrido no Plano Collor I (mar./90). No entanto, mesmo com esse endividamento, observa-se que, nos últimos 10 anos, a área de arroz no RS cresceu 35%, ao passar de 721 mil hectares em 1985 para 976 mil hectares em 1994. Isso representa um crescimento anual de área da ordem de 3,4% em média. Além disso, foi durante esse período que os orizicultores gaúchos passaram a implantar, de forma massiva, lavouras de arroz em terras dos vizinhos países: Uruguai e Argentina. Uma parcela significativa da produção de arroz nesses países é realizada por brasileiros que para lá têm se dirigido, arrendando ou comprando terras. Considere-se, ainda, que 35% da área de arroz na Argentina é plantada por brasileiros, enquanto no Uruguai, pelo caráter mais brando da legislação, essa proporção alcança 65% (BENETTI, 1994).

O crescimento de 10,6% previsto para a lavoura de feijão pode ser explicado pela significativa elevação dos preços observada durante o ano de 1994. Durante o mês de fevereiro, influenciados pelo anúncio da ocorrência de adversidades climáticas que atingiram fortemente as lavouras da importante região produtora de Irecê, na Bahia, os preços do feijão ao produtor no RS variaram de R\$ 21,00 a R\$ 41,00/60kg entre o início de fevereiro e o início de março, após o pico do início de março, os preços declinaram até atingir um patamar de R\$ 27,00/60kg na primeira semana de julho. A partir de então, voltaram a crescer, atingindo R\$ 43,14/60kg na terceira semana de novembro, no momento em que estava para se iniciar a colheita da primeira safra do RS.

4 - O Plano Real e a agricultura

O Plano Real diferenciou-se dos demais em relação ao impacto causado sobre o setor agrícola, basicamente por dois motivos: primeiro, por ter sido implantado no segundo semestre do ano e, depois, por ter sido implantado em etapas (SILVA, 1994, p.48). Ao ser implementado no início do segundo semestre (julho), o Plano Real atingiu os preços recebidos pelos produtores em um patamar mais elevado relativamente ao período de safra. A implantação em etapas, diferentemente dos planos anteriores,

divulgados de forma abrupta, permitiu que os agentes econômicos pudessem ter um certo período de adaptação às modificações anunciadas.

Acredita-se que os maiores impactos causados pelo Plano Real ao setor agrícola decorram das medidas embutidas na política de câmbio e na política de restrição à expansão da base monetária.⁴

No primeiro caso, a valorização do real frente ao dólar após 1º de julho serviu para ampliar a expectativa negativa dos produtores de soja quanto às cotações para o período de colheita da nova safra. A expectativa negativa dos sojicultores com relação à futura rentabilidade da lavoura, impactada pelos rumos da política cambial, cresce a cada dia, na mesma medida em que a equipe econômica não se define sobre o futuro do câmbio.

No entanto, cabe esclarecer que, no momento em que a valorização cambial se acentuou, a maior parte dos agricultores já havia comercializado a safra 1993/94. Estima-se que cerca de 70% da produção de soja já estivesse comercializada naquele momento. Dentro desse percentual, cerca de 40% foi comercializada sob a modalidade "soja verde", ou seja, venda antecipada da produção para financiar a compra de insumos (GM, 12.12.94, p.9). O impacto da política de câmbio, dessa forma, concentrou-se sobre as intenções de plantio da safra 1994/95.

Os agentes vinculados à exportação que conseguiram operar com Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs) puderam alcançar boas margens de ganho no período anterior a julho. Apenas para registro, observe-se que a diferença entre o volume de ACCs fechados e o de mercadorias efetivamente embarcadas para o Exterior, segundo dados do BACEN, atingiu cerca de US\$ 4,0 bilhões no período janeiro-julho de 1994. Considerando-se esse volume de recursos arrecadados com essas operações e que a remuneração média de um Certificado de Depósito Bancário (CDB) está em torno de 60% ao ano, por um prazo de 30 dias, enquanto os juros externos para um ACC estão em torno de 18% ao ano, verifica-se que uma parcela dos exportadores conseguiu realizar lucros significativos com essas operações.⁵ O importante, sob o ponto de vista dos produtores de soja, é que chegou a ser divulgado que, antes de o Governo adotar medidas restringindo as operações com ACCs, parte desses recursos tinha sido usada para cobrir operações de "soja verde". Ou seja, de alguma forma, essa medida, correta, de restrição de lucros, via arbitragem entre as taxas de juros externas e internas, acabou atingindo a capacidade de financiamento da safra de soja.

O impacto da política de restrição da expansão da base monetária afetou o setor agrícola no que diz respeito ao volume de recursos a serem alocados para o financiamento da nova safra.⁶ Esse impacto ocorreu na medida em que o crescimento dos depósitos à vista, permitido pela monetização da economia causada pela queda dos índices de inflação mensal de 50% para 3%, não pôde ser utilizado para ampliar o volume de recursos de uma das fontes de financiamento agrícola, que é a exigibilidade bancária. A extensão posterior das restrições para as demais operações bancárias

⁴ Para maiores informações sobre essas políticas, ver os textos sobre política cambial e política monetária nesta edição.

⁵ Ver texto sobre o mercado de câmbio e balanço de pagamentos nesta edição.

⁶ Ver, nesta edição, o texto sobre política monetária.

visando, juntamente com outras medidas, reduzir o volume de recursos para crédito no sistema financeiro, assim como afetou os negócios em geral, atingiu também a agricultura, na medida em que, diminuindo a disponibilidade de recursos para financiamento em geral, pode ter afetado o fechamento de contratos de complementação de custeio realizados a juros de mercado.

5 - Perspectivas

A julgar pela primeira estimativa nacional da safra 1994/95 divulgada para a Região Centro-Sul pelo Ministério da Agricultura (BR Minist. Agric. Abastec. Reforma Agr., CONAB, 1994), a intenção de plantio dos agricultores, com exceção da lavoura do algodão, cuja área plantada poderá crescer 17%, não foi influenciada significativamente pelo plano de safra. As hipóteses máximas de crescimento previstas para as lavouras da primeira safra de feijão e de milho — da ordem de 8% e 7% respectivamente — e a hipótese que prevê entre uma queda de 3% e um crescimento de 1% para a lavoura de soja traduzem, em princípio, as tendências já previstas em função da conjuntura de bons preços para o feijão e de expectativas negativas para a lavoura de soja. A partir disso, está prevista a ampliação do volume de grãos produzido pelas cinco principais lavouras de grãos a nível nacional para cerca de 74,1 milhões de toneladas, na hipótese mínima, e para 77 milhões de toneladas na hipótese máxima, ou seja, mais 1,8% no primeiro caso e mais 5,8% no segundo.

As medidas embutidas no plano de safra 1994/95 podem não ter influenciado significativamente as intenções de plantio dos agricultores, mas, certamente, deverão causar impacto sobre suas decisões no momento da colheita.

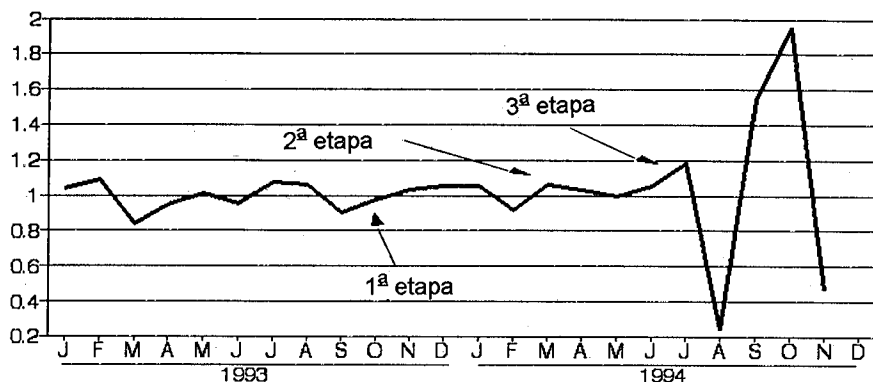
A decisão de voltar a incluir a soja na PGPM parece, à luz da conjuntura atual, ser uma medida que poderá conduzir o Governo a um beco sem saída. Se a política de câmbio não for alterada, as exportações continuarão desestimuladas. Isso, associado ao benefício da equivalência-produto para os produtores que recorreram ao crédito rural, determinará, em uma conjuntura de forte restrição quanto à disponibilidade de recursos, a obrigatoriedade de compra da safra vinculada aos contratos de crédito e a consequente elevação dos gastos do Governo.

Salienta-se que essa provável aquisição ocorrerá em uma conjuntura em que o Governo, para poder colocar os mais de 10 milhões de toneladas de grãos que estão vinculados às operações de Empréstimos do Governo Federal (EFGs) e de Aquisições do Governo Federal (AGFs), também terá que arcar com o ônus de cobrir a elevada soma correspondente às diferenças entre os preços de mercado dos produtos estocados e seus custos de estocagem, a qual chega a ultrapassar em mais de 50% aqueles preços. A tendência de manutenção das taxas de juros em patamares elevados deverá contribuir para a elevação dos custos dos estoques. Isso define que, quanto mais austera for a política monetária, maior será o custo dos estoques, colocando o Governo em uma situação difícil.

No que tange ao abastecimento e sob o ponto de vista de que a próxima safra também será cheia, não se vislumbram maiores problemas para o ano de 1995. O maior poder de compra dos salários da base da pirâmide, originado pela queda do imposto inflacionário, ainda não se traduziu em pressões de demanda capazes de pôr em risco o objetivo de controle da elevação dos índices de inflação. Contribuíram para isso as facilidades de importação, em função da política cambial, e o fato de que o Governo ainda tem fôlego para lançar mão de seus estoques.

GRÁFICO 1

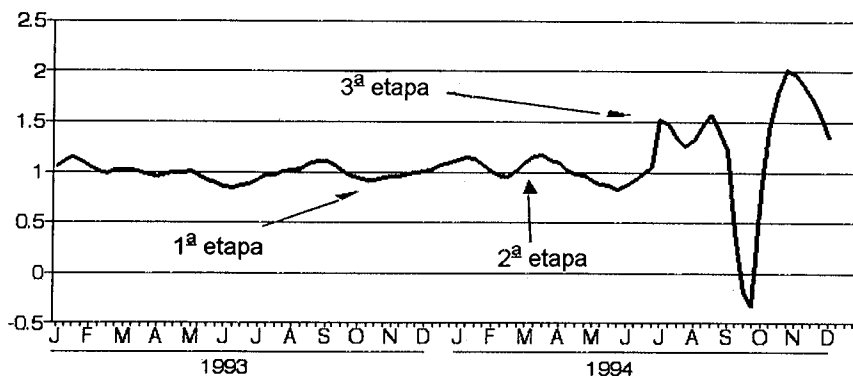
EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS DOS ALIMENTOS E OS PREÇOS DOS DEMAIS BENS (IPC-IEPE) DURANTE AS TRÊS ETAPAS DO PLANO REAL EM PORTO ALEGRE — JAN/93-NOV/94



FONTE: IEPE-UFRGS.

GRÁFICO 2

EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS DOS ALIMENTOS E OS PREÇOS DOS DEMAIS BENS (IPC-FIPE) DURANTE AS TRÊS ETAPAS DO PLANO REAL EM SÃO PAULO — JAN/93-DEZ/94



FONTE: FIPE-USP.

No entanto, cabe lembrar, ainda com relação ao abastecimento, que uma variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) entre 2% e 3% em moeda forte, caso do real na atual conjuntura, não pode ser considerada baixa. Observe-se, por exemplo, a evolução do IPC-FIPE e do IPC-IEPE, índices que medem, respectivamente, o comportamento do custo de vida em São Paulo e em Porto Alegre. Especificamente, analise-se essa evolução a partir da montagem de uma relação entre dois componentes desses dois indicadores de inflação: o índice que mede a variação mensal dos preços dos alimentos e o índice geral que mede a variação média da canastra de mercadorias que compõem os mesmos. Conforme se pode observar nos Gráficos 1 e 2, essa relação tende a crescer de forma bastante mais acentuada a partir da implantação da terceira fase do Plano Real. Em outras palavras, a partir da troca de moedas em 1º de julho, a variação dos preços dos alimentos tendeu a ser maior do que a inflação média da economia, medida por aqueles dois índices. A aproximação do período de entrada dos produtos da nova safra no mercado, entretanto, deverá arrefecer a tendência de crescimento dos preços dos alimentos no início de 1995.

Bibliografia

- BENETTI, Maria D. (1994). Argentina e Uruguai: a nova fronteira agrícola sul-riograndense. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.2, p.217-235.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. CONAB (1994). **Parecer Técnico** DEPAQ/DIVAS, n.6, 26 out. (mimeo).
- GAZETA MERCANTIL (12.12.94). Lentidão na venda antecipada da safra. São Paulo. p.9.
- MONTEIRO, Maria J. C. (1994). Produção e preços: desempenho recente. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro: FGV, v.14, n.1, p.12-14.
- SILVA, Paulo R. N. da (1994). Expectativas frente às soluções para endividamento e o plano real. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.2, p.48.